UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA

ANA CRISTINA LOPES DA ROCHA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ/MARANHÃO

GRAJAÚ
2023

ANA CRISTINA LOPES DA ROCHA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ/MARANHÃO

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Luciano Rocha da Penha

GRAJAÚ
2023

ANA CRISTINA LOPES DA ROCHA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ/MARANHÃO

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 19/12/2023.

Banca examinadora

_____

Luciano Rocha da Penha (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

_____

Cristina Torres Ferreira (Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão

_____

Roni César Andrade de Araújo (Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

ROCHA, Ana Cristina Lopes da.
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: : UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ/MARANHÃO / Ana Cristina Lopes da ROCHA. - 2023.
35 p.

Orientador(a): Luciano Rocha da PENHA.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, IMPERATRIZ, 2023.

1. Educação Inclusiva. 2. Escola Pública. 3. Professores. I. PENHA, Luciano Rocha da. II. Título.

“*O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele.”*

Immanuel Kant

AGRADECIMENTOS

Grata primeiramente a Deus e à minha família meu esposo e filhos pelo apoio de sempre. À professora Cristina Torres por sempre nos dá força para continuar quando pensamos em desistir, pois muitas às vezes foi muito cansativo, porém gratificante.

Agradeço a todos os professores pela paciência e compreensão nas horas que precisei, e em especial professor Luciano Rocha da Penha que esteve comigo nesse momento de produção da monografia me orientando e tendo toda paciência e dedicação para com esse trabalho obrigado professor foi muito importante você nesse momento e foi muito bom conhecer e estar com vocês nessa luta que não é só minha, mas nossa.

Cursar Pedagogia em uma universidade Federal é um sonho realizado, pois foi curso que superou todas as minhas expectativas, pela riqueza docência e de aprendizado, foi grandioso, pois foi mais do que sonhei. Por fim agradeço por conseguir concluir esta etapa e, sinto-me realizada e convicta de que cada sacrifício valeu a pena. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho foi realizado a respeito da temática sobre a Educação Inclusiva: uma análise a partir da perspectiva dos professores de escola pública do município de Grajaú/Maranhão. Assim, o objetivo geral deste estudo foi analisar como ocorre a Educação Inclusiva em uma escola pública de ensino fundamental I. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, com a abordagem qualitativa, que contou uma entrevista de questões abertas, aplicada a 10 professores. Os dados coletados foram organizados de formas que as análises pudessem ser analisadas. O estudo tornou evidente um número significativo de professores que precisam de suporte, tanto na área da formação continuada, como também no quesito suporte por parte dos órgãos competentes, ou seja, suas vivências são diferentes do que prega a teoria.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Professores. Escola Pública.

ABSTRACT

The present study focuses on the theme of Inclusive Education: an analysis from the perspective of public school teachers in the municipality of Grajaú/Maranhão. Thus, the general objective of this study was to analyze how Inclusive Education occurs in a public elementary school in the municipality of Grajaú/Maranhão. This is a bibliographical and field research, with a qualitative approach, which included an interview with open questions, applied to 10 teachers. The collected data was organized in ways that analyzes could be analyzed. The study made it clear that a significant number of teachers need support, both in the area of continuing education and also in terms of support from competent bodies, that is, their experiences are different from what the theory preaches.

KEYWORDS: Inclusive Education. Teachers. Schools

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10
1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....13
1.1 Aspectos sucintos, históricos, conceituais e legais da educação brasileira.....13
1.2 Formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva.....19
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES EM GRAJAÚ.....23
CONCLUSÃO.....32
REFERÊNCIAS.....33

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, garante às pessoas com deficiência o direito à uma educação de qualidade em instituições de ensino públicas e privadas. Porém, na prática, sabemos que esses direitos constitucionais não são cumpridos em concordância com o referido artigo. Pois um dos fatores que corroboram para essa problemática, é falta de professores com uma formação adequada. Destarte, esta pesquisa buscou compreender e refletir sobre os desafios das práticas dos professores ao lidarem com alunos que necessitam de atendimento educacionais especiais.

Esta pesquisa buscou reunir dados com objetivo de responder a problemática a seguir: Quais os desafios e possibilidades que os professores do ensino fundamental enfrentam no processo de inclusão ao receberem alunos com deficiências em uma escola pública do município de Grajaú, Maranhão?

Diante desses pressupostos: Como ocorre a Educação Inclusiva na visão dos professores do ensino fundamental I? Para esclarecer este problema, foi traçado como objetivo geral: Analisar a Educação Inclusiva em uma escola pública de ensino fundamental I no município de Grajaú/Maranhão.

A partir do objetivo geral, gerou-se os seguir objetivos específicos: Conceituar e caracterizar a Educação Inclusiva; investigar a formação e preparo dos professores do ensino fundamental I em relação à educação inclusiva, considerando se há ou não suporte formativo continuado; analisar se as metodologias aplicadas aos alunos da educação inclusiva estão em consonância com suas especificidades.

Para refletir sobre a preparação e possibilidade dos docentes ao acolherem os alunos da educação inclusiva no ensino fundamental em escola pública, realizou uma pesquisa de campo em uma escola localizada no bairro Canoeiro. As informações foram coletadas por meio de um questionário aplicados para 10 professores que lecionam no fundamental I.

Mediantes aos fatos que comprovam a importância dessa temática para a sociedade, vemos que, a maioria das escolas públicas e privadas a inclusão não existe inclusão. Para dar vazão a esta realidade, a metodologia apresentará uma pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando livros, *webartigos*, revistas eletrônicas, documentos oficiais e um questionário para os professores participantes

O desejo em dissertar sobre essa temática, deu-se a partir da tentativa de compreender e averiguar a percepção dos professores acerca das suas dificuldades ao receberem alunos com algum tipo de deficiência no cotidiano da escola, uma vez que, a temática é abrangente e requer um estudo aprofundado, levando em conta que, educar é processo de evolução e desenvolvimento e, para que haja escolas inclusivas é preciso professores consciente e em constante processo de formação e *práxis.*

A pesquisa em questão se caracteriza quanto aos procedimentos metodológicos como bibliográfica e de campo. Fez-se o uso de tais pesquisas para alcançar os objetivos propostos no trabalho. Foi realizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica buscando embasamento teórico em autores que estudam a temática em questão, além de fazer uma leitura nos documentos oficiais (leis, resoluções, decretos, etc.) acerca da educação inclusiva.

De acordo com Lakatos e Marconi (1996), o primeiro passo para se realizar uma pesquisa bibliográfica é fundamental utilizar questionamentos que abordam as seguintes perguntas conceituais referentes aos conceitos de quantidade, características, localidade e circunstâncias, apontando rumos nos quais se poderão chegar aos resultados almejados.

Desse modo, os primeiros tópicos desse trabalho foram de caráter bibliográfico fundamentado em justificativa investigativas que permeiam as principais questões relacionadas à educação inclusiva.

Após a pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo, em que se aplicou um questionário com perguntas abertas a professores que trabalham na com alunos com necessidades educacionais especiais. A pesquisa de campo é fundamentada na abordagem qualitativa, para entender os acontecimentos mediante a realidade.

A segunda etapa deste trabalho foi a pesquisa de campo, na qual utilizou-se um questionário com dez perguntas abertas, destinadas a 10 professores que atendem alunos com necessidades educacionais em uma escola da rede pública. Todos os professores que foram selecionados, aceitaram participar da pesquisa. Dentre os sujeitos da pesquisa, 8 são contratadas e 2 contratadas.

É evidente a relevância de confrontar a teoria e a prática, no que diz respeito à pesquisa de campo, pois o ato de observar o local em que a pesquisa estar sendo realizada é primordial para a construção do trabalho científico, pois permite ao aluno

pesquisador um melhor conhecimento da realidade dos professores entrevistados bem como o facilita o ato de descrever suas considerações acerca da temática.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este capítulo tratará sobre os conceitos e características a respeito da Educação Inclusiva, trazendo breves aspectos relacionados ao contexto educacional brasileiro, refletindo sobre como uma escola inclusiva deve se apresentar e/ou se preparar para o alunado com necessidades educacionais especiais, em como as principais leis que asseguram esta modalidade de educação.

1.1 Aspectos sucintos, históricos, conceituais e legais da educação brasileira

A educação inclusiva iniciou-se no Brasil por volta de 1930, porque algumas escolas passaram a assumir a responsabilidade de educar estudantes com necessidades especiais. Em 1942, o Brasil completava 40 anos que as instituições públicas regulares de ensino atendiam alunos com deficiências físicas e mentais. (Ferreira, 2005)

Ao logo dos anos, a educação inclusiva passou por diversas transformações mas, a situação educacional de crianças e jovens com deficiência nem sempre foi assim. Questões que dizem a respeito à temática supracitada vem sendo evidenciadas no contexto educacional, como afirma Campos e Martins (2008, p. 223), que, no decorrer da existência humana, a perspectiva social em relação com deficiências, nem sempre foi a mesma, sofrendo alterações paralelamente à evolução das necessidades do ser humano e à própria organização das sociedades.

Temáticas a respeito de pessoas com necessidades educacionais/físicas especiais, começaram a ser discutidas em 1989, em Nova York, em uma Convenção dos Direitos da Criança. Depois, houve outro evento muito importante que ocorreu em Jomtien, na Tailândia de 5 a 9 de março de 1990, em uma Conferência Mundial de Educação Para Todos, na qual o foco era a aprendizagem nas suas múltiplas dimensões. Essa conferência resultou em um documento de caráter mundial, denominado Declaração de Jomtien, que destaca seus principais em seu artigo 1:

> 1. Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades,

> valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. 2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio-ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente. 3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação, é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. É nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.

A elaboração desse documento foi de suma importância no que diz respeito à satisfação das necessidades de aprendizagem básicas das crianças, jovens e adultos, pois privilegia as oportunidades, melhorando sua qualidade de vida e sua participação social no meio educacional.

Outro marco importante para a implementação da educação inclusiva nos currículos escolares, foi a Declaração de Salamanca instituída na Espanha entre 7 e 10 de junho, que traz bases norteadoras e propostas inovadoras para pessoas com deficiência. O 1° artigo destaca a

> Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994. Seu objetivo é informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial. A Estrutura de Ação baseia-se fortemente na experiência dos países participantes e também nas resoluções, recomendações e publicações do sistema das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, especialmente o documento "Procedimentos-Padrões na Equalização de Oportunidades para pessoas Portadoras de Deficiência. Tal Estrutura de Ação também leva em consideração as propostas, direções e recomendações originadas dos cinco seminários regionais preparatórios da Conferência Mundial.

Este documento enfatiza muito a questão de uma educação para todos, defende também a ideia de que todo indivíduo tem suas especificidades e que tais aprendem de forma exclusiva, reconhecendo também a permanência do ensino especial inserido no ensino regular e que ambos aconteçam de forma concomitante.

O conceito de educação inclusiva surgiu no Brasil com o objetivo de construir uma escola que atenda a todos, isso, a partir de uma proposta pedagógica voltada para inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas nas escolas regulares

O Ministério da Educação conceitua a Educação Especial como:

> Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação (Brasil, 2001, p.39).

As diretrizes do MEC, asseguram que os atendimentos dos serviços educacionais especiais, devem partir prioritariamente da rede regular de ensino, apoiando, organizando e suplementando pedagogicamente os estudantes que, de fato necessitam de um atendimento especializado em caráter de urgência, sem segregação, respeitando o seu respectivo ano escolar, de acordo com sua faixa etária.

De acordo com Ministério da Educação através dos documentos que tratam sobre a Educação Inclusiva, destaca que seu objetivo.

> A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.(Brasil, 2007, p.14)

De acordo com Carvalho (2004), a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais específicas, é um evento recente. As crianças só tinham a “escola especial” para aprender, mas, com o avanço paulatino dos direitos da pessoa com deficiência, este quadro foi melhorando, aos poucos, a sociedade vem reconhecendo a importância dos benefícios conquistados com a escola que prioriza uma educação para todos.

Ao analisarmos a história social no Brasil, os traços de exclusão, assistencialismo e filantropia são bastante perceptíveis. Por muito tempo, a educação

era vista como um privilégio para poucos. Somente a partir da metade do século XX, as crianças com necessidades educacionais especiais passaram a ter acesso às escolas regulares no Brasil, e, até aos dias atuais, é considerado um assunto inacabado.

Para que o trabalho de inclusão na educação brasileira se efetive, é necessário que haja uma ressignificação pedagógica em todos os âmbitos, a começar pelas políticas públicas, até a conscientização da sociedade, que por sua vez é o principal agente nessa discussão, assim, os ganhos inclusivos serão múltiplos, trazendo vantagens para todos os envolvidos que apresentam necessidades educacionais especiais, inclusive os professores.

Ao falarmos em ganhos na educação, estamos falando também nos desafios sobre a temática, pois vivemos em uma realidade social completamente segregacionista, na qual muitas famílias mantiveram seus filhos longe da convivência social e, consequentemente não frequentavam a escola.

Mesmo com as mudanças e os movimentos em prol das pessoas com necessidades educativas/especiais, é sabido que a educação inclusiva passa por muita desvalorização. Essa desvalorização é perceptível na falta e/ou precariedade de recursos adaptados para que os alunos com deficiência se desenvolvam.

Para isso, é necessário que haja novas políticas públicas voltadas para as práticas pedagógicas e investimento em recursos didáticos que contemplem as necessidades educacionais especiais. “Não só no tocante à educação básica, essas discussões carecem de políticas públicas sérias e continuadas, a fim de resolver os problemas que assolam a educação brasileira” (Ingles, M. A. et al. 2014, p. 462).

No trecho acima, a autora faz duras críticas às políticas públicas em relação à desvalorização do trabalho docente e às situações escassas que as escolas públicas apresentam, no que tange às estruturas físicas, pedagógicas e administrativas, pois sem esses atributos que os alunos necessitam, não existe a possibilidade de uma educação que inclua a todos, prejudicando seu desenvolvimento. A autora ainda reforça que “os pontos que são determinantes para a efetividade de uma política de inclusão e disseminação de propostas educacionais, contribuam com o processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência e outras condições de desenvolvimento” (Ingles, M. A. et al. 2014, p. 462).

As políticas públicas são fortes meios de encontrar formas mais abrangentes

de intervenções que tragam vantagens para a educação de alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem escolar, porém, para isso, devem ser implantadas diretamente e efetivamente nas escolas, a fim de promover uma aprendizagem mais significativa.

> Nas políticas da educação inclusiva os autores refletem sobre a educação e a formação dos professores, que são incluídas as concepções, as práticas pedagógicas e avaliações da aprendizagem. Também são questionados o projeto neoliberal, onde as instituições internacionais que financiam os programas para a educação brasileira. Envolvendo a educação inclusiva as dificuldades são encontradas principalmente na ordem financeira, assim a educação não exerce bons resultados, sendo que essas instituições cobram resultados positivos, geralmente, quantitativos (Ingles, M. A. et al, 2014).

O fato de a educação inclusiva ser um assunto alvo de muitas discussões atualmente, mostra que ela não veio apenas para os alunos com algum de tipo de deficiência física, mas também para aqueles apresentam dificuldades de aprendizagem, sociabilidades, entre outros, assim, deve ser discutida e revista de forma ampla, cautelosa e específica. Dentro dessa discussão, um dos assuntos que devem ter total destaque, são formações docentes, pois é preciso que o professor seja capacitado para atuar com o público desta modalidade.

Legalmente, a educação inclusiva avançou de fato com a promulgação da Constituição Federal de 88, que traz em seu Capítulo II, no artigo 6°.

> São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição" (Brasil, 1988, p.18).

Ainda sobre a CF/88, o Capítulo III, que se refere à Educação, Cultura e Desporto, em seu artigo 205, estabelece os direitos de todos e dever do Estado e da família. Já o artigo 208, dita que o Estado tem o dever de garantir a educação da seguinte forma:

> I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II – Progressiva universalização do ensino médio gratuito; III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI – Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – Atendimento ao

> educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1o O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (Brasil, 1988, p.123-124)

Neste artigo, destaca-se o inciso III, que traz o “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, esclarece a importância da educação inclusiva no âmbito escolar.

Outro documento de suma importância acerca da lei na Educação Inclusiva, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Observa-se que, no capítulo V – Da Educação Especial, o artigo 58,59 e 60, estabelece que.

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (Brasil, 1996).

Outro documento de suma importância para a educação inclusiva no Brasil, foi Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, que destaca “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. O documento estabelece objetivos e metas a serem cumpridos pelas instituições de ensino voltados para os estudantes com necessidades educacionais especiais, desde a oferta da matrícula em salas regulares de ensino, à estrutura física, preconizando a acessibilidade e a formação docente.

Atualmente, existe um documento de caráter normativo, embasado nos principais marcos legais citados nesta pesquisa. A Base Nacional Comum Curricular BNCC (2017) é um documento que diz respeito às aprendizagens que os estudantes devem alcançar. Por ser um documento que foca no desenvolvimento nas habilidades e competências do aluno, dessa forma garante a inclusão no ambiente escolar. A BNCC

> [...] define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação – PNE. (Brasil, 2017, p. 7).

Diante dos apontamentos acerca dos conceitos e definições da Educação Inclusiva, é de suma importância que as políticas públicas de financiamento educacionais estejam sensíveis aos investimentos escolares de pessoas com deficiência, pois, o que se percebe, é que, há diversas contradições ao que é descrito nas leis em relação ao que se observa na realidade das instituições escolares brasileiras.

1.2 Formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva

Para que a educação inclusiva seja de fato efetivada nas instituições educacionais, é preciso que haja a formação de professores, pois é preciso que estes estejam aptos a trabalharem de forma segura com estudantes com necessidades educacionais especiais.

No início da década de 50 ao final dos anos 60, iniciou-se a formação a nível médio de professores da educação especial no Brasil. Já nos anos 60, a formação de professores de educação especial passou de nível médio para o superior, com os cursos de Pedagogia que ofertavam a habilitação em Educação Especial. Ainda nesta década, surgem os primeiros cursos de especialização, com o objetivo de capacitar professores de educação especial. (Mazzotta,1999).

Mas, foi com as grandes conferências que ocorreram na Tailândia, em Salamanca e Guatemala, eventos já citados neste trabalho, que deram uma impulsionada nas políticas mundiais voltadas para as pessoas com deficiências. (Torres, 2001).

Nos últimos anos, houveram muitos processos de formação de professores no país, não apenas a nível legal, mas para construção de conhecimento acadêmico, no que diz respeito aos conteúdos. A Lei de Diretrizes e bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), destaca a formação voltada para a educação inclusiva como um marco jurídico – institucional. Essa proposta iniciou-se como um processo de transformar todos os níveis da educação, que foram organizados em: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Ainda segundo a LDB, a formação docente, proporciona, em um de seus capítulos, discorre sobre os fundamentos a respeito de metodologias, os tipos, técnicas modelos ensino, curso de formação e as intuições inicial. No artigo 13, a LDB dita as responsabilidades dos professores, em cada fase escolar em que lecionam, assim, é importante que os educadores saibam das necessidades educacionais de cada estudante, dando-lhes uma educação de fato que contemple a inclusão.

O professor precisa inspirar e descobrir o potencial de seus alunos, para que, consiga desenvolver processo educativos que o ajude na aprendizagem:

> “[...] A perspectiva inclusiva não significa propor outro currículo ou um currículo diferente, mas uma diferenciação nos métodos, nas estratégias, no tempo, nos materiais, entre outros, possibilitando a participação do 6 aluno com deficiência nas atividades escolares” (Duek, 2018, p. 29).’’

Mantoan (2003) explica que, a escola está dividida em modalidades de ensino, com diferentes níveis tipos de serviço e grades curriculares e burocracias. Assim, a sua estrutura organizacional, tendo como proposta a educação inclusiva, auxilia a escola a fluir, consequentemente, auxilia a instituição a crescer a nível de ensino alinhado às necessidades dos educandos.

Na visão de Sebastian (2010), a inclusão causa um movimento positivo, pois com a identificação das barreiras desafiadoras da aprendizagem escolar que alguns grupos se deparam, como por exemplo, a busca por métodos que de fato geram aprendizado, isso, mostra que, a escola aberta às diferenças. Logo, gera uma transformação no currículo da instituição, garantindo, assim uma educação para todos.

As mudanças que a inclusão causa no ambiente educacional ultrapassam barreiras, uma vez que, não abrange somente o aluno com necessidades educacionais, mas todos os alunos, os professores, o corpo administrativo, gerando sucesso no âmbito geral na instituição (Mantoan, 1997, p.145 apud Sassaki,2006, p. 124).

Ainda neste sentido, Lima (2006) destaca que ‘’a inclusão e a articulação de todos pelo todo, com todos (...) é uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania, uma compreensão de que todos os seres humanos são humanos sem distinção’’ (p. 63)

Nesta situação, cabe o discurso em relação à formação de professores que revérberos às causas de inclusão, pois é necessário que haja uma relação unânime com a formação e capacitação de docentes voltadas para a inclusão. A princípio, já existe uma evolução neste sentido, no entanto, ‘’a construção cotidiana da educação inclusiva, [...], jamais disporá de fórmulas cujos resultados estejam previstos. Daí a necessidade da reflexão’’. (Chavier, 2006).

Na visão de Asín; Los Santos, 1998, p. 427.

> [...] ‘’refletir sobre sua própria prática, a aprender pela experiência e a experimentação de novos métodos de trabalho, junto a seus alunos, colegas e pais, através de cursos, oficinas para aprender as teorias e técnicas derivadas da investigação, e utilizá-las depois em relação com os problemas observados nos diversos alunos, evitando, o que muitas vezes ocorre, uma aprendizagem intuitiva e desarticulada da prática’’.

Corroborando com ASÍN; Los Santos, Mantoan, (2003) afirma que formação do professor:

> “em serviço, os professores reagem inicialmente à metodologia que tenho adotado, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de

> indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a capacidade de ser um professor inclusivo”

Enfatizar a formação profissional na educação, deve ser um trabalho de acolhimento a todos, sem distinção, sem preconceito. É de suma importância que o professor desenvolva metodologias que ajude a potencializar as habilidades dos alunos. A formação de professores deve aderir conceitos de cooperação autonomia, vinculadas à intelectualidade e sociabilidade dos alunos, trabalhando com exercícios ativos, a fim de garantir o desenvolvimento de todos. (Mantoan,2006) que a atividade deve ser ativa, garantindo a todos os alunos o seu desenvolvimento.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES EM GRAJAÚ

O presente capítulo tem o objetivo de mostrar o caminho percorrido para se alcançar os objetivos da pesquisa. Apresenta também os resultados e discussões acerca da pesquisa de acordo com o questionário respondido pelos professores que atuam na Educação Inclusiva.

A partir de agora será discorrido sobre os resultados da pesquisa, será utilizado a nomenclatura A, B, C, D, E, F, G, H, I J, para manter a identidades dos professores em sigilo.

No quadro 1, os professores responderam sobre o seu tempo de atuação na área da educação. Este um fator que contribui bastante para seu aprimoramento, pois as vivências e as experiências são significativas durante o processo de atuação. Em relação a este dado, observou-se que apenas 3 professores têm muitos anos de práticas, os outros variam em média de 1 ano e meio a 8 anos.

.

Quadro 1 – Tempo de trabalho das professoras

Quanto tempo você trabalha como professor (a)?	
Entrevistada A	30 anos
Entrevistada B	8 anos
Entrevistada C	22 anos
Entrevistada D	3 anos
Entrevistada E	12 anos
Entrevistada F	1 ano e 6 meses
Entrevistada G	8 anos
Entrevistada H	6 anos
Entrevistada I	20 anos
Entrevistada J	8 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O quadro 2 enfoca a questão sobre a formação dos professores na área da Educação Especial. Uma vez que se sabe que é de extrema importância que os profissionais devem estar capacitados para atuarem nesta modalidade de ensino, como salienta Freitas (2006, p. 176).

> [...] hoje, um dos grandes desafios dos cursos que formam professores é a elaboração de um currículo que venha desenvolver nos acadêmicos

> competências, habilidades e conhecimentos para que possam atuar em uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentarem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

No entanto, diante das informações coletadas, percebe-se que a maioria dos professores possuem a formação na área em pedagogia, outros a área das ciências naturais, alguns tem especialização e os outros confessam que buscam por formações continuadas afim de melhorarem como profissionais, visando melhorar a qualidade de sua atuação na sala de aula

Quadro 2 – Formação acadêmica das professoras

	Qual é a sua formação acadêmica?
Entrevistada A	Licenciatura em Pedagogia
Entrevistada B	Matemática e Pedagogia
Entrevistada C	Pedagogia
Entrevistada D	Pedagogia
Entrevistada E	Licenciatura em Pedagogia
Entrevistada F	Química
Entrevistada G	Matemática e Pedagogia
Entrevistada H	Geografia com especialização em Educação Especial
Entrevistada I	Licenciada em Ciências Matemática
Entrevistada J	Pedagogia com especialização em Psicopedagogia

Fonte: Elabora pela autora (2023).

O terceiro quadro, traz elementos em relação à quantidade de tempo que os professores trabalham com alunos com necessidades especiais. Alguns, apresentam mais de 20 anos de experiencias, outros, estão em seu primeiro ano de atuação. O que de fato é um diferencial para o docente, pois quanto mais tempo de experiência, mais habilidades este profissional adquire para lidar com novos desafios.

Para Borges (1998, p.54), os saberes não se resumem somente a experiencia do professor como estudante, mas, também nas experiências cotidiano pedagógico do professor, os saberes em relação ao campo profissional, nas formas em que o professor lida e estabelece com realidade objetiva.

Quadro 3 – Tempo de trabalho das professoras com estudantes com deficiências

Quanto tempo você trabalha com alunos portadores de necessidades especiais?

Entrevistada A	25 anos
Entrevistada B	5 anos
Entrevistada C	8 anos
Entrevistada D	1 ano e 6 meses
Entrevistada E	3 anos
Entrevistada F	2 anos
Entrevistada G	2 anos
Entrevistada H	1 ano
Entrevistada I	4 anos
Entrevistada J	8 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No quadro 4, os professores foram indagados acerca da quantidade de alunos com necessidades especiais que atendiam em suas salas de aulas. Percebe-se, que os números são variados, a maioria dos professores responderam que atendem até 1 aluno e outros variam de 5 a 8 alunos. Em relatos, alguns professores consideram mais 2 alunos um desafio em sala de aula, pois dependendo na necessidade do aluno, ele precisa de uma atenção diferenciada.

Quadro 4 – Quantos alunos com necessidades especiais você atende?

Entrevistada A	5 alunos
Entrevistada B	1 aluno
Entrevistada C	1 aluno
Entrevistada D	8 alunos
Entrevistada E	1 aluno
Entrevistada F	2 alunos
Entrevistada G	2 alunos
Entrevistada H	1 aluno
Entrevistada I	4 alunos
Entrevistada J	8 alunos

Elaborado pela autora (2023).

O quadro 5, ao serem perguntados sobre formação continuada voltada para a educação inclusiva, apenas 6 professores responderam que sim, alguns não

possuem cursos. Em relação à carga horária dos cursos, é perceptível que alguns são cursos básicos, outros com uma carga horária considerável.

Sabe-se que a formação continuada é de suma importância para prática docente, uma vez que, o professor deve estar em constante aprimoramento pedagógico, assim, Delors coloca que.

> A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial… A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (Delors, 2003, p. 160).

Quadro 5 – Você já teve formação continuada sobre como lidar com alunos com necessidades especiais? Se sim, quando foi? Qual foi a carga horária?

Entrevistada A	Não
Entrevistada B	Sim, esse ano, Estratégia de Ensino: Autismo e TDAH – 30h
Entrevistada C	Sim, em 2015 e 2016, 120h
Entrevistada D	Não
Entrevistada E	Sim, Estratégia de Ensino: autismo e TDAH – 30h
Entrevistada F	Sim, esse ano, 40h
Entrevistada G	Não
Entrevistada H	Sim, 16h
Entrevistada I	Sim, não lembro, fiz 3, 40h cada um
Entrevistada J	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os recursos pedagógicos são itens essenciais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, pois ajudam no desenvolvimento de habilidades cognitivas dos alunos. Dessa forma, essa modalidade exige que jogos pedagógicos sejam utilizados de acordo com necessidade da criança.

> É necessário também organizar atividades individuais promovendo autonomia, sendo que devem ser programadas dentro das possibilidades do aluno. Elas são válidas para fixar conceitos e realizar um acompanhamento mais pormenorizado do processo de cada aluno, comprovando o nível de compreensão alcançado e detectando em que pontos encontram dificuldades. (Fátima, 2008, p. 104)

Quadro 6 – Quais recursos pedagógicos que você utiliza para fazer a relação de ensino -aprendizagem com os alunos com necessidades especiais?

Entrevistada A	Tarefa de recorte, jogos e tintas
Entrevistada B	Jogos
Entrevistada C	Recursos diversos e particularizados de acordo com a necessidade de cada um
Entrevistada D	Jogo da memória, encaixe, música, mesa digital, pintura, alfabeto, amarelinha, livros, dominó das cores, adivinhações, sala de recursos multifuncionais.
Entrevistada E	Trabalho com o lúdico como metodologia
Entrevistada F	Alinhavo para trabalhar coordenação motora
Entrevistada G	Visuais, pinturas, lateralidade com brinquedos e outros, conforme a necessidade
Entrevistada H	Jogo da memória, massinha de modelar, tinta guache, mesinha digital, dama
Entrevistada I	Tinta guache, colagem, massa de modelar, jogos pedagógicos, quebra-cabeça, imagem, etc.
Entrevistada J	Atividades de coordenação motora, memória e lateralidade

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No quadro 7, os professores foram questionados a respeito das metodologias que eles utilizam m sala de aula para auxiliar na relação de ensino- aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Alguns atribuem esse aspecto à metodologia que se adequa as necessidades dos alunos. Segundo Souza (2002).

> Em suma a nova era requer um profissional da educação diferente, que seja autônomo, que possa tomar decisões sobre os problemas profissionais da prática. Hoje, a profissão docente já não é a transmissão de um conhecimento acadêmico, ela exerce outras funções como: motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais. Isso requer uma nova formação: inicial e permanente. (Souza, 2002, p.81)

Quadro 7 – Quais são as práticas e metodologias de ensino que você utiliza em sala de aula para fazer a relação de ensino – aprendizagem com os alunos com necessidades especiais?
Fonte: autor, 2023

Entrevistada A	Usa as mesmas práticas que utiliza para os sem necessidades especiais: Ex: Jogos pedagógicos, músicas, etc.
Entrevistada B	Dialogar com o responsável pela criança, observá-la no ambiente, conversar com a criança, para então intervir.
Entrevistada C	Instigar a curiosidade dos alunos. As atividades devem ser prazerosas desafiadoras e significativas, para despertar o interesse dos alunos. O lúdico é importante recurso metodológico.
Entrevistada D	A pratica a metodologia mais adequada é a que estamos conectadas com a realidade do dia – a – dia.
Entrevistada E	Preciso conhecer meus alunos, desde a suas habilidades e dificuldades, para assim, planejar atividades voltadas para sua especificidade.
Entrevistada F	Adaptação através do lúdicos músicas tudo conforme a necessidade do aluno.
Entrevistada G	Utiliza-se a metodologia construtivista voltada para o aluno com o objetivo de promover a interação entre todas as crianças independente das suas especificidades
Entrevistada H	Musicas, brincadeiras e pinturas com tintas e contação de história
Entrevistada I	Quebra – cabeça, jogos e histórias
Entrevistada J	Oralidade, pinturas e colagens

Elaborado pela autora (2023).

Sobre a participação da família na vida do aluno com necessidades educacionais, poucas famílias não se interessam pela vida desses alunos. Algumas mantem contato com a escola, buscando dialogo e aproximação.

> [...] reconhecimento da importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar, o auxílio às famílias no exercício de seu papel na educação, no desenvolvimento e no sucesso profissional de seus filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade (Silva; Varani, 2009, p. 515).

Quadro 8 – Como a família desses alunos com necessidades especiais participa do ensino – aprendizagem?

Entrevistada A	Regular. Ajuda muito pouco, outras ajudam mais
Entrevistada B	De maneira indireta, devido a falta de conhecimento da dificuldade da criança
Entrevistada C	Não participa
Entrevistada D	São participativas e sempre estão dispostas a colaborar com o aprendizado
Entrevistada E	Através de conversa entre pais e o professor, sempre buscando o melhor para o aluno
Entrevistada F	Alguns se preocupam de estarem na escola tentando saber sobre o aluno e alguns são preocupados com as terapias
Entrevistada G	Através do diálogo e acompanhamento diário entre escola e família
Entrevistada H	As famílias participam da vida escolar dos seus filhos, nas reuniões e nas tarefas
Entrevistada I	Mantendo um elo de parceria, como: trazer as crianças para o atendimento e saber sobre o comportamento, avanços e superações.
Entrevistada J	Não participa

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao trabalhar com alunos da educação inclusiva, os professores relataram que enfrentam muitos desafios, os principais, são: falta de recursos pedagógicos, de capacitação, espaço físicos, entre outros.

Para Costa (2007), tanto os professores regentes, quanto os de apoio encontram dificuldade em relação às necessidades de aprendizagem dos alunos necessidades especiais. É importante que o professor se sinta à vontade para atuar com sucesso, contemplando todas as competências e habilidades dos estudantes, no entanto, a responsabilidade de proporcionar a inclusão, não pode ser apenas do professor.

Quadro 9 – Quais são as dificuldades enfrentadas em trabalhar com os alunos com necessidades especiais?

Entrevistada A	Todas as dificuldades no desenvolvimento das tarefas e a compreensão das famílias

Entrevistada B	Enfrentar os momentos de crise é uma das principais dificuldades, por não saber como ajudar essa criança
Entrevistada C	Tudo. Falta de recursos não tem apoio da família
Entrevistada D	Falta de treinamento e/ou planejamento voltado para educação especial, bem como falta recursos pedagógicos
Entrevistada E	Falta de recursos pedagógicos apropriados para cada dificuldade e capacitação.
Entrevistada F	Um espaço físico que realmente contemple o processo de inclusivo. Estes, porem falta recursos didáticos que possam auxiliar no desenvolvimento da criança.
Entrevistada G	Falta de formação especializada e de apoio com alunos inseridos na sala de aula
Entrevistada H	Falta de materiais, recursos e equipamentos adequados.
Entrevistada I	Espaço que favoreça apesar das limitações físicas e psíquicas, recursos de apoio que auxiliem o desenvolvimento das crianças
Entrevistada J	Falta de treinamento para atender os alunos especiais e falta de recursos pedagógicos

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 10 – Quais são as dificuldades enfrentadas em trabalhar com os alunos com necessidades especiais?

Entrevistada A	A linguagem, a compreensão e a família
Entrevistada B	Fazer com que essa criança mantenha o foco e a concentração
Entrevistada C	Cuidar dos alunos com necessidades especiais
Entrevistada D	Falta de capacitações voltadas para a educação especial, bem como a fala de recursos pedagógicos
Entrevistada E	Falta de recursos apropriados
Entrevistada F	Aceitação dos pais
Entrevistada G	Recursos pedagógicos e grande números de alunos e sala de aula
Entrevistada H	Tornar o processo de aprendizagem acolhedor, olhar para as competências dos alunos
Entrevistada I	Falta de apoio da família, bem como investimento financeiro pedagógico e respeito aos profissionais
Entrevistada J	Nenhum, as dificuldades são moderadas

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No último quadro, os professores foram livres para deixar comentário e recomendações acerca do seu trabalho com os alunos com necessidades especiais. Os comentários foram diversos. Alguns professores se sentem gratificados em

trabalhar com esses alunos. Mas, mais uma vez, os professores cobram das instituições um olhar mais sensível às necessidades.

Quadro 11 – O que você gostaria de comentar sobre e recomendar sobre o seu trabalho com alunos com necessidades especiais?

Entrevistada A	Deveria aumentar a frequência de vezes em que os profissionais da triagem na escola
Entrevistada B	É preciso que haja apoio das famílias e valorização profissional
Entrevistada C	Apesar dos desafios, é gratificante trabalhar com as crianças
Entrevistada D	A educação especial deve andar alinhada à educação inclusiva
Entrevistada E	A visão sobre a inclusão deveria chegar aos órgãos públicos
Entrevistada F	Precisa haver investimento em formações continuadas
Entrevistada G	O professor precisa se preparar para atender os alunos da forma adequada
Entrevistada H	Não fazer distinção de alunos e proporcionar um ambiente acolhedor
Entrevistada I	As secretarias deveriam disponibilizar mais formações continuadas
Entrevistada J	Nada a declarar

Elaborado pela autora (2023).

Diante do exposto através das respostas dos professores, percebe-se que, de maneira geral a educação inclusiva precisa avançar em muitos aspectos, que precisam ser revistos pelo poder público e pela comunidade.

CONCLUSÃO

Para compreender sobre a Educação Inclusiva, foi preciso trazer alguns aspectos históricos e legais no contexto educacional. Esses fatores são imprescindíveis na construção do estudo, pois trouxe elementos esclarecedores para a pesquisa. Nos aspectos legais que regem a Educação Inclusiva, percebeu-se que os documentos apresentam um amparo adequado à essa modalidade de ensino.

No entanto, ao comparar o aporte legal com a realidade, foi perceptível a não relação com realidade. Para tanto, é necessário que os órgãos que regem esta modalidade fiscalizem e intervenha com maneira de sanar as necessidades.

Outro fator importante que foi discorrido neste estudo, é a formação docente no âmbito da educação inclusiva, uma vez que, a escola deve ser um local inclusivo, é de uma importância que haja formações que contemple as necessidades dos alunos especiais.

Assim, diante da pesquisa realizada, foi perceptível a compreensão de alguns professores acerca da temática, no entanto eles atribuem que necessitam de suporte e recursos pedagógicos e de capacitações promovidas pelas secretarias de educação.

Fica constando também a importância da formação para que esses profissionais possam estar capacitados para atuarem com alunos e suas respectivas necessidades.

Assim, para que haja de fato a inclusão é preciso que os indivíduos que fazem parte do processo, acredite que é possível investir em estudos e ações que ampliem seu pleno conhecimento acerca da temática, tendo como objetivo a garantia que a legislação propõe aplicar nas diversas realidades das escolas, não só no âmbito municipal como também a nível nacional.

REFERÊNCIAS

ASÍN, A. S.; LOS SANTOS, P. J**. Cómo formar al profissorado ante los alumnos que experimentam dificuldades para aprender em la** ESO. In: JORNADAS NACIONALES DE UNIVERSIDAD Y EDUCACION ESPECIAL, 15,1998. Oviedo. Eduaciòn y Diversidade. Ovido: Universidad de Oviedo, 1998. v. 1, p. 419-432.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília**: MEC , 2018. Disponível em: em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/bncc-20dezsite.pdf . Acesso: 30 jul. 2023.

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O Professor e a Construção do Saber**. Campinas, SP: Papirus, 1998

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais Nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231 /CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acessado em: 15.09.2023

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências

CAMPOS, s. m. g.; MARTINS, r. m. l. **educação especial: aspectos históricos e evolução conceptual.** Revista do ispv, viseu, n. 34, p. 223-331, abr. 2008

CARVALHO Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos is. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

COSTA, M. C. S. **Sentimentos de professores frente às dificuldades na prática da educação inclusiva de alunos com deficiência no ensino fundamental**. 2007. Dissertação de Mestrado. Disponível em: Acesso em: 25 de setembro de 2023

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003

INGLES, Maria Amélia. et al. **Revisão sistemática acerca das Políticas de Educação Inclusiva para a formação de professores.** Rev. Bras. Edu. Esp., Marília, v. 20, n. 3, p. 461- 478, 2014

LIMA, Francisco José. **Ética e inclusão: O status da diferença**. In Martins, Araújo, Ramos- [et al]. Inclusão: Compartilhando saberes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório. São Paulo: Atlas, 1996.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na Educação Inclusiva: entendendo esse desafio**. Curitiba Ibpex, 2008

Souza, A. L. L. de. (2011). **Qualidade do ensino público e democratização da gestão escolar: pressupostos, implicações e perspectivas.** In: Souza Junior

SEBASTIAN, E. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares.** Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, jul./dez. 2010

VARANI, A.; SILVA, D. C. **A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.91, n.229, p. 511-527, set/dez 2010. Disponível em: . Acesso em: 28 de setembro de 2023.

SOUZA, Â.M.C. **A Criança Especial**. São Paulo: Roca, 2002

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Tailândia, 1990